



SUJEITOS EM RESTRIÇÃO E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E A MATEMÁTICA: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA ORIUNDA DOS PROGRAMAS PROFISSIONAIS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DA ÁREA DE ENSINO¹

Subjects under restriction and deprivation of freedom and mathematics: analysis of academic production from professional stricto sensu postgraduate programs in the education area

COELHO, Soraya de Oliveira²

BRAGA, Eduardo dos Santos de Oliveira³

RESUMO

A Educação no contexto prisional suscita vários questionamentos, dúvidas e preconceitos, tornando-se essencial investigar e divulgar como essa educação se desenvolve e quem são os sujeitos envolvidos. Com base nessa premissa, este artigo apresenta um levantamento do estado do conhecimento sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em situação de restrição e privação de liberdade, com o objetivo de identificar o que a literatura acadêmica revela sobre o tema. Para orientar a pesquisa, formulou-se a seguinte questão: como os sujeitos em situação de restrição e privação de liberdade são representados nas produções acadêmicas oriundas de Programas de Pós-graduação Stricto Sensu Profissionais? Iniciamos a pesquisa na Plataforma Sucupira, focando nos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu Profissionais. Identificamos 91 programas, dos quais 79 oferecem apenas Mestrado Profissional e 12 oferecem tanto Mestrado quanto Doutorado Profissional. Após a triagem, catalogamos 13 dissertações relacionadas à temática. O recorte temporal da pesquisa inicia-se em 2011, quando a Capes estabeleceu a Área de Ensino. Dos 13 produtos educacionais catalogados, apenas 4 estão relacionados à matemática. A partir desses resultados, este artigo busca promover uma reflexão crítica e aprofundar o debate sobre o papel da matemática na educação prisional, enfatizando a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a dignidade e a formação integral desses sujeitos.

Palavras-chave: Sujeitos em Restrição e Privação de Liberdade. Ambiente Prisional. Matemática. Estado do Conhecimento.

ABSTRACT

Education in the prison context raises several questions, doubts and prejudices, making it essential to investigate and publicize how this education develops and who the subjects involved are. Based on this premise, this article presents a survey of the state of knowledge about Youth and Adult Education (EJA) in situations of restriction and deprivation of liberty, with the aim of identifying what the academic literature reveals on the topic. To guide the research, the following question was formulated: how are subjects in situations of restriction and deprivation of freedom represented in academic productions originating from Stricto Sensu Professional Postgraduate Programs? We started research on the Sucupira Platform, focusing on Stricto Sensu Professional Postgraduate Programs. We

¹ Parte desta pesquisa foi submetida para ser apresentada em dois congressos, XV ENEM 2025 e 5º SELIEJA, mas até o presente momento não temos os aceites; A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), onde aguardamos o parecer final; A pesquisa foi desenvolvida no mestrado e não teve financiamento ou fomento, ficando os custos a cargo da pesquisadora.

² Professora da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, com Licenciatura em Matemática pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Mestranda do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) *campus* Nilópolis no curso Mestrado Profissional em Ensino de Ciências. E-mail: sorayaciep@gmail.com.

³ Professor de Matemática do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), com Graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Possui especializações em Ensino de Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Novas Tecnologias para o Ensino de Matemática pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Doutor em Ensino de Ciências pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Mestre em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: eduardo.braga@ifrj.edu.br.

identified 91 programs, of which 79 offer only a Professional Master's degree and 12 offer both a Master's degree and a Professional Doctorate. After screening, we cataloged 13 dissertations related to the topic. The research timeframe begins in 2011, when Capes established the Teaching Area. Of the 13 educational products catalogued, only 4 are related to mathematics. Based on these results, this article seeks to promote critical reflection and deepen the debate on the role of mathematics in prison education, emphasizing the need for pedagogical practices that promote the dignity and integral formation of these individuals.

Keywords: Subjects in Restriction and Deprivation of Freedom. Prison Environment. Mathematics. State of Knowledge.

INTRODUÇÃO

A educação para sujeitos jovens e adultos que estão em situação de restrição e privação de liberdade é um tema relevante, mas que, de acordo com a pesquisa a ser aqui elucidada, ainda carece de uma discussão mais aprofundada nos Programas Profissionais de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Área de Ensino. É importante ressaltar que essa lacuna não se restringe a esse *locus* de pesquisa, conforme aponta Julião (2020), nem tampouco apenas aos sujeitos em restrição e privação de liberdade, mas reflete uma necessidade geral no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Apesar dos avanços na perspectiva política, a modalidade de ensino EJA, que inclui a educação de sujeitos em situações de restrição e privação de liberdade, carece de avanço nas discussões curriculares, pedagógicas e, sobretudo, de práticas de ensino.

O cenário abordado por este artigo oferece uma base propícia para a exploração e o avanço dessas questões, dado que tais Programas de Pós-graduação têm o potencial de contribuir significativamente para a elaboração de estratégias pedagógicas para a promoção de práticas educativas que atendam de forma mais adequada às necessidades específicas dos estudantes em diferentes contextos, e em particular, no contexto de restrição e privação de liberdade. Conforme observado por Giongo e Heidemann (2023, p.1), “apesar de a crescente demanda por ambientes de ensino no contexto penitenciário, são poucos os estudos que tratam de aspectos ligados a práticas pedagógicas dentro da escola na prisão”. Este aspecto é importante para os Programas Profissionais de Pós-graduação, que têm como objetivo promover a articulação entre teoria e prática (Brasil, 2019). A integração desses temas nas discussões acadêmicas pode, portanto, fomentar uma abordagem mais crítica para a educação em contextos de privação e restrição de liberdade, promovendo reflexões referenciadas das práticas pedagógicas e curriculares.

Diante disso, torna-se essencial explorar e discutir esse assunto, dado que os estudantes em restrição e privação de liberdade integram a sociedade e têm por direito políticas e projetos educacionais específicos que atendam às suas necessidades particulares. Portanto, discutir a educação para esses sujeitos exige superar preconceitos e julgamentos, rompendo com a visão estigmatizante que frequentemente associa a população carcerária à criminalidade de forma irreversível. É fundamental reconhecer que a educação é um direito garantido por lei, e não um privilégio, conforme argumenta Julião (2007). Esse princípio está embasado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e em legislações internacionais que defendem a educação como instrumento de emancipação social. Entre essas legislações, destacam-se as Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos, estabelecidas durante o I Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Tratamento de Delinquentes, realizado em Genebra em 1955 (ONU, 1955).

Além disso, essa discussão envolve reconhecer as especificidades desse público, que inclui, em muitos casos, a necessidade de reparar trajetórias de exclusão escolar anteriores à privação de liberdade. É fundamental, nesse processo, ouvir esses sujeitos, compreendendo suas angústias, anseios, medos e esperanças. O ambiente prisional, que historicamente tem

sido visto apenas como um local de punição e controle, deve ser transformado em um espaço de possibilidades educativas que respeitem as singularidades e vozes dos sujeitos ali presentes.

A pena de privação de liberdade deve restringir-se exclusivamente à limitação do direito de ir e vir, não podendo implicar na supressão de outros direitos fundamentais, como o acesso à educação, à saúde e à dignidade humana, conforme assegurado pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Nesse sentido, o artigo 205 da Constituição destaca que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988). Esses direitos são inalienáveis e universais, aplicando-se igualmente a todos os cidadãos, inclusive àqueles em situação de encarceramento, como reforça também a Lei de Execução Penal (Brasil, 1984), que legitima o acesso à educação como direito da pessoa privada de liberdade.

Nessa direção, ao reconhecermos, com Freire (2019b, p.95), que "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo", reafirma-se que o direito à educação não pode ser negado a nenhum sujeito, ainda que em restrição e privação de liberdade. A garantia desses direitos no sistema penitenciário não apenas reflete o cumprimento das obrigações legais, mas também a reafirmação de princípios humanitários e democráticos que sustentam a sociedade brasileira.

No que diz respeito à educação no contexto prisional, ela assume uma função ainda mais relevante. Além de contribuir para a reintegração social, a educação se configura como um movimento de transformação pessoal e social. Segundo Onofre (2011), a educação oferecida nas prisões não deve ser vista apenas como um meio de ocupação do tempo dos detentos, mas como uma oportunidade para o desenvolvimento de conhecimentos que possam efetivamente alterar suas trajetórias de vida. Essa abordagem educativa precisa ser inclusiva e, sobretudo, comprometida com a emancipação dos sujeitos. Essa perspectiva ressoa com a pedagogia defendida por Freire (2019b, p.30), onde ele argumenta que a educação deve ser um recurso de emancipação, possibilitando que os oprimidos reconstruam sua própria humanidade e realizem a "grande tarefa humanística e histórica" de libertar a si mesmos e aos seus opressores. Assim, a educação em contexto prisional, inspirada pelos princípios Freireanos, vai além da instrução, buscando promover uma verdadeira libertação e transformação das relações humanas.

Nesse sentido, a escola dentro da prisão se revela como um importante cenário de convivência, mediação de tensões, conflitos, diálogos e reflexões, onde os sujeitos têm a oportunidade de se tornarem protagonistas de suas próprias vidas, capazes de interferir e transformar a realidade ao seu redor. Esse espaço se torna um microcosmo de interação social e aprendizagem mútua, permitindo que os sujeitos explorem novas formas de pensar e agir. A importância desse processo é sublinhada por Silva (2015, p.47), que afirma que "o papel da educação dentro da prisão deve ser única e exclusivamente o de ajudar o ser humano privado da liberdade a desenvolver habilidades e capacidades para estar em melhores condições de disputar as oportunidades socialmente criadas". Assim, a escola no contexto prisional é um espaço fundamental para a construção de novos significados e a reavaliação das trajetórias de vida dos sujeitos.

Além disso, a escola no ambiente prisional serve como um campo de prática da cidadania, onde os sujeitos privados de liberdade aprendem a exercer seus direitos e deveres, muitas vezes pela primeira vez de forma consciente e deliberada. Nesse ambiente, os sujeitos em restrição e privação de liberdade têm a oportunidade de participar de atividades que estimulam o pensamento crítico, o respeito mútuo e a solidariedade, valores essenciais para a formação

humana. Essa perspectiva alinha-se à visão de Freire (2019b, p.45), que define a cidadania como a "condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão". Para Freire, a cidadania é intrinsecamente coletiva, pois, assim como "ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão" (Freire, 2019b, p.27), a cidadania também não se limita ao sujeito, mas se manifesta através das relações sociais e do exercício contínuo de construir coletividade e poder relacional

Educação para jovens e adultos privados de liberdade – como imaginam alguns – não é benefício, pelo contrário, é direito humano subjetivo previsto na legislação internacional e brasileira e faz parte da proposta de política pública de execução penal com o objetivo de possibilitar a reinserção social do apenado e, principalmente, garantir a sua plena cidadania (Julião, 2009, p.204, grifo nosso).

Nesse contexto, surge a necessidade de explorar como a matemática, enquanto disciplina, é percebida por esses sujeitos e qual o significado que atribuem a ela. Conforme aponta Fonseca (2020), ao tratarmos de matemática e EJA, é essencial termos clareza de que não estamos nos referindo ao ensino de Matemática voltado para universitários, estudantes de pós-graduação ou outros grupos, mas nos referimos a uma ação educativa

[...] dirigida a um sujeito de escolarização básica incompleta ou jamais iniciada e que ocorre aos bancos escolares na idade adulta ou na juventude. A interrupção ou o impedimento de sua trajetória escolar não lhe ocorre, porém, apenas como um episódio isolado de não acesso a um serviço, mas num contexto mais amplo de exclusão social e cultural, e que, em grande medida, condicionará também as possibilidades de reinclusão que se forjarão nessa nova (ou primeira) oportunidade de escolarização (Fonseca, 2020, p. 14).

A matemática, frequentemente vista apenas como uma ferramenta técnica, pode, na verdade, desempenhar um papel significativo na reconstrução das identidades dos sujeitos em restrição e privação de liberdade. A defesa, com isso, é que ao (re)conhecer as suas histórias, as suas perspectivas e as suas necessidades específicas, a escola no ambiente prisional poderá atuar como um espaço de reconstrução da cidadania e de promoção de uma libertação coletiva, onde o aprendizado da matemática também se torna um instrumento de resgate da dignidade humana.

Conforme argumenta Meira (2015), a produção de conhecimentos matemáticos está profundamente entrelaçada com a cultura do grupo envolvido. Cada grupo atribui significados aos saberes com base nas suas necessidades específicas para enfrentar os desafios do dia a dia. E isso implica em, segundo Fonseca (2020), (re)avaliar diferentes hierarquias de valores, atender a novas demandas, ajustar-se a ritmos diversos e, principalmente, estar aberto à vivência do outro. Essa última ação é o que está em disputa nesta pesquisa, uma vez que nos inquieta saber: Como a matemática é percebida por esses sujeitos, e quais significados eles atribuem a essa disciplina? Mais especificamente, qual é o lugar ocupado pelos sujeitos em restrição e privação de liberdade nas produções acadêmicas oriundas de Programas Profissionais de Pós-graduação *Stricto Sensu*? Com o intuito de explorar, sobretudo, essa última questão, este artigo tem como objetivo realizar o estado do conhecimento sobre o tema "escola no ambiente prisional, seus sujeitos e matemática", a fim de identificar o que a literatura existente apresenta sobre o assunto.

Para isso, este artigo, além desta introdução, está estruturado em três outras seções: aspectos metodológicos da pesquisa, onde descrevemos os passos seguidos para a realização do estado do conhecimento e a abordagem metodológica adotada na pesquisa; resultados e discussões, seção na qual apresentamos a análise dos dados e exploramos as convergências

e lacunas encontradas nas pesquisas catalogadas; e considerações finais, onde realizamos uma análise crítica do estudo e sugerimos direções para futuras pesquisas.

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

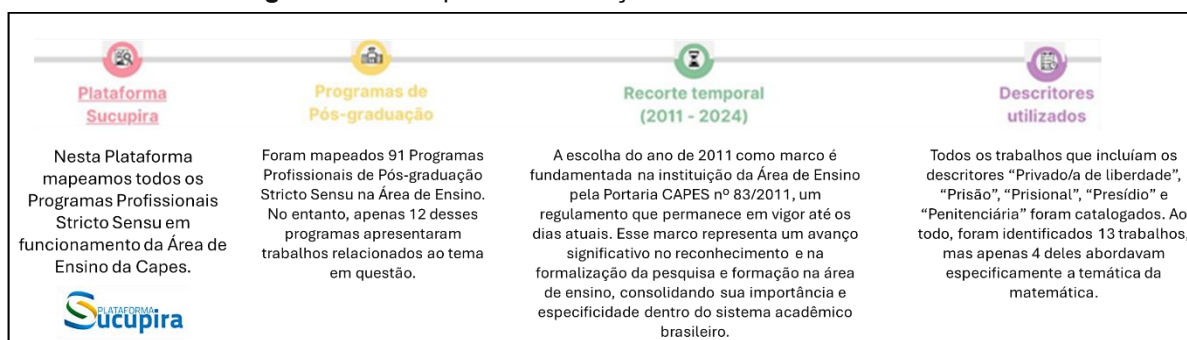
Este estudo se baseia em uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, que, ao contrário das pesquisas de estado da arte (Ferreira, 2002), permite um foco mais específico em determinados setores de investigação, sem a necessidade de cobrir toda a produção existente sobre o tema. Conforme Pereira (2013), uma pesquisa de estado do conhecimento exige que o pesquisador realize um mapeamento, discussão e análise detalhada da produção acadêmica relacionada ao tema de interesse. Isso está alinhado com a abordagem defendida por Romanowski e Ens (2006), que destacam a importância deste tipo de pesquisa para a construção teórica e prática pedagógica. Eles argumentam que a pesquisa de estado do conhecimento contribui significativamente para identificar avanços teóricos, restrições no campo, lacunas existentes e experiências inovadoras, oferecendo alternativas para resolver problemas práticos na educação.

Neste artigo, optou-se por realizar o estado do conhecimento das pesquisas e dos produtos educacionais (PEs) desenvolvidos em Programas Profissionais de Pós-graduação *Stricto Sensu* na Área de Ensino da Capes (Brasil, 2019) com foco na escola em ambiente prisional e seus sujeitos. Posteriormente, a análise foi direcionada para os trabalhos que abordam a matemática nesse contexto. Essa abordagem visa identificar e sistematizar o conhecimento produzido na literatura sobre o tema, além de mapear os PEs existentes que se concentram nos sujeitos em restrição e privação de liberdade.

A escolha dos Programas Profissionais como repositório de busca dos trabalhos nesta pesquisa se justifica essencialmente pela relevância dos PEs obrigatórios nessa modalidade, conforme as diretrizes da Área de Ensino (Brasil, 2019). Esses Programas são projetados para promover a inovação e a articulação entre a prática dos conhecimentos adquiridos e produzidos de forma imbricada entre a Academia e as grades de uma escola em ambiente prisional, sendo o PE a materialização dessa concatenação, uma vez que a dissertação ou tese deve narrar a elaboração desse elemento central (Pereira; Rôças, 2020; Rizzatti et al., 2020). Além disso, os PEs representam uma oportunidade significativa para explorar e desenvolver práticas pedagógicas e abordagens que podem impactar diretamente o contexto prisional, oferecendo um ambiente propício para entender como a escola localizada neste ambiente tem sido contemplada na Academia do ponto de vista teórico-prático.

Para a realização do estado do conhecimento, seguimos a descrição de Pereira (2013) em dois momentos: o primeiro envolve o mapeamento inicial dos trabalhos catalogados, apresentando aspectos gerais da pesquisa, como repositório, recorte temporal, descritores, instituições, anos de publicação, palavras-chave e programas relacionados à escola em ambiente prisional. O segundo momento é dedicado à análise discursiva dos dados, com foco nos trabalhos que abordam a matemática, principal interesse da pesquisa. A Figura 1 apresenta o passo a passo da realização desta pesquisa.

Figura 1- Passo a passo da realização do estado do conhecimento



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em ambos os momentos, a análise dos dados foi conduzida por uma abordagem qualitativa, pois nossa ênfase está nas informações descritivas que elucidam o significado atribuído às ações (Borba; Araújo, 2020). Essa abordagem é guiada pelo interesse em interpretar as respostas à pergunta de pesquisa formulada. Segundo Borba (2004), a pesquisa qualitativa é dinâmica e compreende o conhecimento como algo que se materializa principalmente através de métodos qualitativos. Ele ressalta que o conhecimento não é isento de valores, intenções, experiências pessoais do pesquisador, nem das condições sociopolíticas do contexto em que a pesquisa é realizada. Levando em consideração, portanto, essas variáveis, a seguir apresentaremos os resultados e as discussões desta pesquisa a partir dos momentos elencados anteriormente.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inspirando-se na metodologia proposta por Pereira (2013), esta seção está estruturada em duas subseções. Na primeira, são apresentados todos os trabalhos catalogados, com uma descrição detalhada dos procedimentos adotados para a sua seleção e uma análise fundamentada na literatura e nas legislações vigentes para justificar os resultados obtidos. Na segunda subseção, a análise é direcionada especificamente para as produções que abordam a matemática, alinhando-se ao objetivo central deste artigo.

2.1. MAPEAMENTO E ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CATALOGADAS⁴

Iniciamos a pesquisa com uma busca na Plataforma Sucupira, focando nos Programas Profissionais de Pós-graduação *Stricto Sensu*. Identificamos 91 programas, dos quais 79 oferecem apenas Mestrado Profissional (MP), e 12 oferecem tanto Mestrado quanto Doutorado Profissional (MP/DP). Em seguida, visitamos as páginas de cada curso para localizar dissertações e teses já defendidas. Para o mapeamento, utilizamos os seguintes descritores: i) privado/a de liberdade, ii) prisão, iii) prisional, iv) presídio e v) penitenciária. A escolha desses termos se deu porque eles fazem referência aos sujeitos em situação de restrição e privação de liberdade, foco central da nossa pesquisa. A seguir, no quadro 1, apresentamos todas as produções catalogadas, incluindo seus títulos, autores/orientadores, ano de publicação e instituições/programas.

⁴ No período em que ocorreram as catalogações das pesquisas (de 01 de junho de 2024 a 27 de junho de 2024), o repositório do Programa de Pós-Graduação e Ensino de Ciências e Saúde (PPGECS), vinculado a Universidade do Grande Rio (Unigranrio), encontrava-se fora do ar, impossibilitando o acesso aos trabalhos disponibilizados na plataforma.

Quadro 1- Produções acadêmicas catalogadas

	Título	Autor(a)/Orientador(a)	Ano	Instituição/ Programa
1	A educação matemática como parte integrante da escola para a vida: contribuições na formação de mulheres privadas de liberdade	Fernanda Soares da Silva Bonato/Antônio Henrique Pinto	2016	Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes)/ Educação em Ciências e Matemática (Educimat)
2	Educação matemática com educandos privados de liberdade: um trabalho com a metodologia resolução e exploração de problemas	Miguel de Brito Santos/Silvanio de Andrade	2016	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)/ Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática/ PPGECCMN
3	O ensino-aprendizagem da língua portuguesa e ciências da natureza numa abordagem semiótica, na educação de jovens e adultos, com alunos em privação de liberdade	Tânia Lúcia Corrêa Valente/Mário Sérgio Teixeira de Freitas	2016	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)/ Programa de Pós-Graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica (PPGFCET)
4	Ensino de química para jovens e adultos privados de liberdade: o jogo como recurso didático	Fernando José Rodrigues/Marcos Roberto da Rosa	2018	Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)/ Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática (PPGEn)
5	Atualizando a educação prisional: Um estudo de caso com aplicação do Peer Instruction	Leonardo de Melo Souza/Maria Auxiliadora Motta Barreto	2019	Universidade de São Paulo Escola de Engenharia de Lorena (USP/EEL)/ Programa de Pós-Graduação em Projetos Educacionais de Ciências (PPGPE)
6	Da prisão à cidadania: caminhos da educação prisional e as vivências dos alunos afrodescendentes no conjunto penal de Itabuna	Joeldon Pereira Bento/Celia Regina da Silva	2020	Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)/Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER)
7	Percepção dos profissionais de enfermagem sobre a assistência à tuberculose numa unidade básica de saúde prisional em Santarém	Marylin Neves Nogueira/Anna Luiza de Fátima Pinho Lins Gryscek	2020	Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP)/Mestrado profissional em Enfermagem na Atenção Primária em Saúde no Sistema Único de Saúde (MPAPS)
8	Representações sociais sobre HIV/AIDS em homens privados de liberdade	Isabella Beatriz Gonçalves Lemes/Cássia Barbosa Reis	2020	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)/Programa de Pós-Graduação em Ensino em Saúde (PPGES)
9	Modelagem matemática na educação de jovens e adultos privados de liberdade	Maricleusa Ingles da Silva Gomes/Michele Regiane Dias Veronez	2021	Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)/ Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática (PPGEn)
10	Educação inclusiva: produção de significados em matemática financeira numa atividade realizada com os reeducandos do presídio de Jataí-GO	Sinomar José Coelho/Adelino Cândido Pimenta	2021	Instituto Federal de Goiás (IFG)/ Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática (PPGECM)
11	Infecções sexualmente transmissíveis: A perspectiva da professora de ciências em turmas com estudantes privados de liberdade	Silvana Durães Soares/José Gonçalves Teixeira Junior	2023	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)/Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM)
12	A leitura como prática de liberdade : a formação de mediadores de leitura em escolas do sistema prisional do Espírito Santo	Tatiana Da Lus Santos Farias/Leticia Queiroz de Carvalho	2023	Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)/Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH)

	Título	Autor(a)/Orientador(a)	Ano	Instituição/ Programa
13	Educação sistematizada com mulheres trans e travestis no sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro: formação humana e processo de exclusão	Kylderi Lima Dos Santos Domingos/Gisela Maria da Fonseca Pinto	2023	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)/ Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGeduCIMAT)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a triagem, conforme apresenta o quadro 1, identificamos 13 dissertações que utilizaram ao menos um dos descritores mencionados, distribuídas entre 11 instituições e 12 programas distintos. O descritor "privado/a de liberdade" apareceu em 6 dissertações (1, 2, 4, 8, 9 e 11), "prisional" em 4 (5, 6, 7 e 12), enquanto "privação de liberdade", "presídio" e "penitenciário" foram encontrados em uma única dissertação cada, respectivamente (3, 10 e 13). O recorte temporal adotado foi a partir de 2011, quando a Capes, por meio da Portaria nº 83/11, estabeleceu a Área de Ensino, formada a partir da reorganização dos programas da antiga Área de Ensino de Ciências e Matemática – Área 46 (Brasil, 2019).

Embora o recorte temporal adotado tenha sido a partir de 2011, observamos que as primeiras produções surgiram apenas em 2016, com três dissertações, e se estenderam até 2023, com publicações contínuas, exceto nos anos de 2017 e 2022, que não registraram nenhuma defesa sobre o tema. É importante destacar que todas as produções identificadas são oriundas de cursos de mestrado. Até o momento, não há registros de teses defendidas em nível doutoral que abordem essa temática nos Programas Profissionais de Pós-graduação *Stricto Sensu* na Área de Ensino.

Em relação às instituições, destacamos que o Ifes apresentou dois trabalhos (1 e 12) com foco nos sujeitos em restrição e privação de liberdade, provenientes de programas distintos, Educimat e PPGEH. A Unicentro também contribuiu com duas dissertações (4 e 9), ambas oriundas do PPGEn. Entretanto, verificamos que nenhuma dessas instituições possui uma linha de pesquisa ou grupo de estudos voltados especificamente à EJA. Talvez isso se deva ao fato de que na sua maioria os pesquisadores são professores de escolas em ambiente prisional e essas pesquisas podem ser frutos de suas motivações pessoais e profissionais; com exceção das dissertações 2, 7, 8, 10 e 12, cujos pesquisadores não descreveram em suas pesquisas terem relações de docência com o ambiente prisional. As demais instituições citadas também não possuem linhas de pesquisa ou grupos voltados à EJA e, mais especificamente, aos sujeitos em restrição e privação de liberdade. A seguir, no Quadro 2, apresentamos os objetivos de todas as dissertações catalogadas.

Quadro 2- Objetivos das produções catalogadas

Publicação	Objetivo
1	Analisar os sentidos que são atribuídos à relação com o saber matemático por sujeitos cuja escolarização se dá no interior do sistema prisional.
2	Perceber a metodologia resolução-exploração de problema em sala de aula de educandos privados de liberdade.
3	Propor como ferramenta de alfabetização a aplicação da teoria Semiótica.
4	Verificar as contribuições de um jogo com caráter experimental, na temática ácido-base, para o ensino e aprendizagem de alunos privados de liberdade.
5	Visa realizar um estudo de caso de aplicação da metodologia ativa Peer Instruction (PI) no contexto da educação prisional.
6	Investigar e discutir as relações raciais e sociais existentes entre alunos e alunas.
7	Conhecer a percepção da equipe de enfermagem sobre a assistência à saúde prestada à pessoa privada de liberdade com tuberculose.
8	Identificar as representações sociais sobre HIV entre os homens privados de liberdade soropositivos.
9	Investigar o que se mostra ao longo do desenvolvimento de atividades de modelagem matemática, tendo como participantes da investigação cinco alunos que estavam matriculados na disciplina de matemática na EJA que atende o sistema prisional.
10	Oferecer, à população carcerária da Agência Prisional de Jataí-GO, o estudo de conteúdos de Matemática Financeira, de forma ressignificada, visando contribuir para o processo de reinserção social dessas pessoas privadas de liberdade.
11	Analisar uma sequência didática sobre a temática infecções sexualmente transmissíveis desenvolvidas em uma turma da Educação de Jovens e Adultos – ensino fundamental, em uma escola estadual localizada em um presídio.
12	Formar mediadores de leitura em escolas do sistema prisional do ES.
13	Analisar a situação educacional de mulheres trans e travestis em situação de reclusão.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a leitura e análise das dissertações e seus respectivos objetivos, constatamos 5 produções que pesquisaram estratégias para aprimorar o processo de aprendizagem de diferentes eixos, a saber: português (3 e 12), química (4) e ciências/biologia (5 e 11). Já as dissertações 7 e 8 têm como foco central a saúde dos sujeitos em restrição e privação de liberdade, discutindo a assistência médica oferecida no sistema prisional. As produções 6 e 13 tratam das relações sociais, com destaque para as questões raciais e de gênero. Por fim, as dissertações 1, 2, 9 e 10 estão voltadas para o ensino de matemática e serão o nosso foco principal de estudo e análise na próxima seção deste artigo.

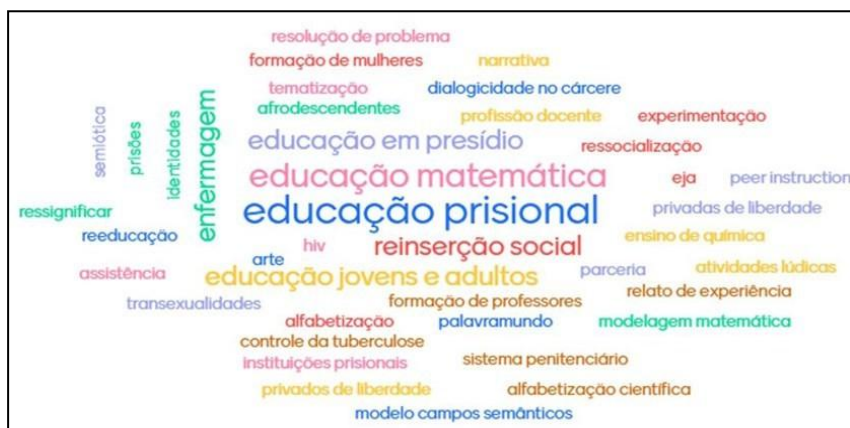
Realizamos uma análise do público-alvo das pesquisas catalogadas, classificando-as conforme o segmento escolar a que pertencem. A dissertação 3 concentrou-se na investigação do ensino fundamental nos anos iniciais, com ênfase na alfabetização. As dissertações 1, 9 e 11 abordaram o ensino fundamental nos anos finais, especificamente do 6º ao 9º ano. As produções 1, 4 e 5 focaram no ensino médio. Por sua vez, as dissertações 2 e 10 incluíram alunos tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio. A dissertação 12 teve como sujeitos da pesquisa professores e mediadores de leitura atuando em escolas situadas em ambientes prisionais. As demais dissertações (6, 7, 8 e 13) se concentraram em internos e/ou funcionários do sistema prisional, sem necessariamente incluir alunos da escola como sujeitos de suas investigações.

Em relação ao gênero, observa-se que a maioria das dissertações analisadas (2, 3, 4, 5, 8 e 9) tem como sujeitos de suas pesquisas homens em situação de restrição e privação de liberdade. Em contraste, as dissertações 1 e 10 se dirigiram especificamente a mulheres em contexto de restrição e privação de liberdade. As dissertações 6 e 11, por sua vez, contemplaram um público misto de homens e mulheres, uma vez que as pesquisas foram realizadas em mais de um complexo penitenciário. As dissertações 7 e 12 abordaram o tema

a partir da perspectiva de funcionários do sistema prisional, porém não especificaram a composição de gênero em suas análises. Por fim, a dissertação 13 centrou-se em mulheres trans e travestis matriculadas na escola, destacando a diversidade de sujeitos no contexto educacional prisional.

As palavras-chave de cada produção listada no quadro 1 foram devidamente catalogadas e analisadas. A figura 2 apresenta uma nuvem de palavras-chave, destacando a relevância das expressões “educação prisional” e “educação matemática”. Das 13 dissertações examinadas, quatro delas focam especificamente no ensino de matemática (1, 2, 9 e 10), o que explica a proeminência desse tema nas análises. A expressão “educação prisional” se destacou como a mais recorrente ao se referir às instituições de ensino situadas dentro dos presídios. No entanto, Julião (2016, p.35) observa que esse termo cede lugar a expressão “educação de jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade”, sendo necessário investimento em uma proposta política e pedagógica que leve em consideração as particularidades, especificidades e características desses sujeitos.

Figura 2- Palavras-chave utilizadas nas dissertações



Fonte: Elaborado pelos autores.

Termos como “educação de jovens e adultos” e “reinserção social” ganharam destaque. A primeira palavra é devido à relevância da EJA como a modalidade educacional oferecida no contexto prisional. Essa oferta é assegurada pelas Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos em situações de restrição e privação de liberdade nos estabelecimentos penais, estabelecidas pela Resolução CNPCP 3/2009 (Brasil, 2009) e pela Resolução CNE/CEB 2/2010 (Brasil, 2010). Ambas foram aprovadas pelos Conselhos Nacionais de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e de Educação (CNE), reforçando o direito à educação como um meio de promover a reinserção social e o desenvolvimento integral dos sujeitos privados de liberdade. Já o termo “reinserção social” também exerceu papel relevante, porém muito se discute sobre seu uso associado a uma das funções da escola. Sobre isso, coadunamos com a ideia de Julião (2020, p.148) quando afirma que

A educação é um direito humano e não um instrumento de ressocialização e, consequentemente, de tratamento penitenciário; que a educação proporcionará as oportunidades necessárias para desenvolver e fortalecer a formação integral das pessoas ao longo de suas vidas e promover em cada sujeito a capacidade de definir seu projeto de vida (Julião, 2020, p.148).

Em relação à metodologia empregada nas dissertações analisadas, observou-se que todas adotaram uma abordagem qualitativa. As dissertações utilizaram uma multiplicidade de procedimentos para a coleta de dados, a saber: questionário (1, 4, 6 e 12), entrevistas (7, 8 e

13) e relatos de experiências (3, 9 e 11). Também foram utilizadas metodologias de estudo de caso (1, 5 e 10) e de exploração-resolução de problemas (2).

A partir das leituras realizadas das dissertações (1, 3, 5, 9 e 10) observa-se que as metodologias de narrativas e estudos de caso são particularmente adequadas para o contexto prisional, pois os sujeitos em restrição e privação de liberdade possuem vivências e experiências únicas, que se manifestam de maneiras complexas e diversas. As narrativas permitem a expressão dessas experiências de forma detalhada e contextualizada, oferecendo uma visão das percepções e realidades dos sujeitos. Por outro lado, o estudo de caso possibilita uma análise minuciosa e contextualizada de situações específicas, proporcionando uma compreensão dos fenômenos em questão.

Em relação ao percurso das dissertações, observa-se que os pesquisadores enfrentaram diversos desafios, que vão desde a obtenção da autorização para o desenvolvimento da pesquisa nas unidades prisionais até o processo de familiarização e efetivação das investigações no campo. Das treze dissertações catalogadas, oito (1, 3, 4, 5, 6, 9, 11 e 13) foram elaboradas por professores que atuavam na própria escola onde as pesquisas foram conduzidas. Essa condição facilitou o acesso e os trâmites burocráticos, uma vez que esses pesquisadores já integravam o quadro de funcionários da instituição. Em contrapartida, os demais pesquisadores, que não pertenciam ao corpo docente da escola, enfrentaram dificuldades significativas para obter a autorização necessária para a realização de suas investigações.

Na dissertação 10, Coelho (2021) relata que o presídio escolhido para a pesquisa não possuía uma escola, inviabilizando a criação de uma sala de aula adequada. Em resposta, o pesquisador negociou com a direção do presídio a utilização de um espaço improvisado, onde montou uma sala de aula com o apoio de seu orientador, que providenciou mobiliário e materiais, evidenciando a precariedade da oferta de educação nas unidades prisionais brasileiras e a falta de infraestrutura necessária para garantir o direito à educação. Complementarmente, na publicação 9, Gomes (2021) destaca os desafios enfrentados durante sua pesquisa, realizada na pandemia de Covid-19, que dificultaram a interação entre professores e alunos. As diretrizes de saúde pública exigiram a adoção de aulas remotas, com a pesquisadora ministrando as aulas da sala dos professores e os estudantes participando virtualmente do laboratório de informática. Esses relatos ilustram as adversidades estruturais e contextuais enfrentadas por pesquisadores em instituições prisionais, acentuadas por crises como a pandemia, que complicam ainda mais a oferta de educação de qualidade.

É fundamental ressaltar os referenciais teóricos que sustentaram e dialogaram com as produções catalogadas no campo da pesquisa, pois conferem embasamento às discussões propostas. Paulo Freire destaca-se como uma referência quase unânime, sendo amplamente citado em diversas dissertações, especialmente em relação ao conceito de dialogicidade e à promoção de uma educação libertadora e emancipadora. No entanto, nas dissertações que tratam de temas relacionados à saúde (produções 7, 8 e 9), essa influência é menos pronunciada, o que sugere uma necessidade de maior integração dos princípios Freirianos em abordagens educacionais voltadas para a saúde no contexto prisional.

Além de Freire, Michel Foucault é mencionado nas pesquisas 3, 5, 6 e 13, particularmente por meio de sua obra *Vigiar e Punir*, que oferece uma reflexão sobre a disciplina, o controle social e as dinâmicas institucionais que permeiam as instituições carcerárias. A partir de Foucault, é possível problematizar as relações de poder que se estabelecem dentro do sistema prisional, bem como a forma como essas relações influenciam as práticas educativas. Seu pensamento provoca uma reavaliação das estratégias pedagógicas utilizadas nas prisões, instigando a

busca por abordagens que, em vez de simplesmente reproduzirem mecanismos de controle, promovam a autonomia e a transformação social.

Além disso, autores como Elenice Maria Cammarosano Onofre e Elionaldo Fernandes Julião têm contribuído significativamente para a discussão sobre o sistema prisional e a educação de sujeitos em restrição e privação de liberdade. Suas obras são citadas nas produções 1, 2, 3, 5, 6, 9 e 13, evidenciando a relevância de suas perspectivas para compreender os desafios educacionais enfrentados nesse contexto. Onofre é doutora em Educação Escolar, atualmente, é professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e líder do Grupo de Pesquisa EduCárceres-UFSCar, que investiga práticas educacionais em contextos de restrição e privação de liberdade. Sua formação e atuação profissional justificam sua relevância nas dissertações catalogadas. Julião é doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atualmente, é professor no Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR/UFF), além de coordenar o Grupo de Trabalho e Estudos sobre Políticas de Restrição e Privação de Liberdade. Sua experiência acadêmica e profissional contribui significativamente para o entendimento da educação em contextos de restrição e privação de liberdade. Ambos os pesquisadores oferecem uma análise crítica das condições estruturais e pedagógicas das instituições prisionais, ressaltando a importância de práticas educativas que promovam a dignidade humana dos apenados.

Embora Roberto da Silva, pedagogo e doutor em Educação, tenha sido mencionado em apenas uma dissertação (2), sua contribuição para o estudo da educação em contextos prisionais é de grande relevância. Ex-detento do extinto Complexo de Carandiru (SP), ele traz uma perspectiva significativa para a pesquisa acadêmica sobre o sistema prisional, destacando que a educação pode ser realizada em todos os espaços. Além disso, Roberto da Silva coordenou o GEPÊPrivação (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação em Regimes de Privação da Liberdade) na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), o que enfatiza a importância de sua obra e experiência na discussão sobre a educação em ambientes prisionais.

É imprescindível abordar os PEs das dissertações analisadas, considerando que as diretrizes dos Programas Profissionais *Stricto Sensu* estabelecem que as pesquisas devem refletir sobre a elaboração de um PE aplicado em condições reais de sala de aula ou em outros contextos de ensino. Esses produtos podem se manifestar em diversas formas, como sequências didáticas, aplicativos, jogos, vídeos, conjuntos de videoaulas, equipamentos e exposições (Brasil, 2019). O Quadro 3 apresenta um resumo dos PEs desenvolvidos nas produções catalogadas, evidenciando a variedade e a relevância deles. Essa diversidade reflete a busca por práticas pedagógicas efetivas, alinhadas às necessidades dos sujeitos em situação de restrição e privação de liberdade.

Quadro 3- Produto educacional das produções catalogadas

Produções	Nome do PE	Formato do PE
1	<u>Educação Matemática na Perspectiva da Cidadania</u>	Guia didático
2	<u>Resolução e exploração de problemas</u>	Sequência de aulas
3	<u>A arte de ver, a arte de conhecer</u>	Sequência didática
4	<u>Quimicando</u>	Jogo didático
5	<u>Um estudo de caso com a aplicação do Peer Instruction</u>	Cartilha
6	<u>Da prisão à cidadania: caminhos da educação prisional e as vivências dos alunos afrodescendentes no conjunto penal de Itabuna</u>	Cartilha
7	<u>Guia de boas práticas na prevenção e controle da tuberculose</u>	Guia
8	<u>Plano de assistência de enfermagem ao interno HIV positivo do sistema prisional</u>	Manual

Produções	Nome do PE	Formato do PE
9	Modelagem matemática na EJA prisional: uma alternativa pedagógica	Guia didático
10	Caderno de atividades de conteúdos de matemática financeira - Produção de significados matemáticos	Caderno de atividades
11	Abordagem sobre as infecções sexualmente transmissíveis: conhecendo a prevenção, os riscos e os cuidados necessários	Sequência didática
12	Ler para Libertar: propostas para leitura literária em escolas do sistema prisional capixaba	E-book
13	Além do Arco-Íris: Cores da Educação	Podcast

Fonte: Elaborado pelos autores.

O PE 3 destaca-se pela elaboração de uma sequência didática que utiliza obras de arte para trabalhar a alfabetização, promovendo um olhar crítico sobre a cultura, fundamental para a formação integral. O PE 4 apresenta um jogo didático que engaja os alunos em atividades lúdicas, favorecendo a construção de conhecimentos químicos em um ambiente frequentemente rígido, alinhando-se a práticas pedagógicas que valorizam a liberdade e a criatividade na educação. As produções 5 e 11 desenvolveram sequências didáticas em ciências/biologia, permitindo a aplicação prática do conhecimento em sala de aula. A cartilha do PE 6 aborda questões étnico-raciais no sistema prisional, ressaltando a importância da conscientização sobre diversidade e inclusão em um contexto que muitas vezes marginaliza esses temas. Os PEs 7 e 8, com guias e manuais voltados à saúde, tratam da prevenção e cuidados de doenças como tuberculose e HIV, evidenciando a necessidade de conscientização em uma população que enfrenta desafios significativos nesse aspecto. O PE 12 elaborou um E-book com propostas de leitura para os estudantes em contexto prisional, sendo pertinente para os professores diversificarem sua prática pedagógica e o PE 13 produziu um podcast com as entrevistas realizadas com as mulheres trans e travestis sobre suas experiências e desafios na escola em contexto prisional, dando visibilidade e debatendo essa questão num ambiente já tão penoso de exclusão e hostilidade. Assim, as aproximações entre esses PEs ressaltam a relevância da educação como um vetor de transformação e conscientização, fundamental para a formação de cidadãos críticos e autônomos. Na próxima seção, serão discutidos os PEs das dissertações 1, 2, 9 e 10, que tratam especificamente da matemática.

2.2. FOCO NA MATEMÁTICA: ANÁLISE ESPECÍFICA DAS PRODUÇÕES

Nesta seção, analisamos as quatro produções catalogadas cujo tema central é a educação matemática no contexto prisional. Inicialmente, realizamos um breve resumo dos objetivos das dissertações 1, 2, 9 e 10, identificando que todas compartilham a intenção de compreender como a educação matemática se manifesta nesse ambiente. Em 1, Bonato (2016) buscou analisar os significados atribuídos ao conhecimento matemático pelos sujeitos em restrição e privação de liberdade. Em 2, Santos (2016) teve como objetivo investigar a aplicação da metodologia de resolução-exploração de problemas em sala de aula com educandos em restrição e privação de liberdade. Em 9, Gomes (2021) propôs-se a investigar os processos que emergem durante o desenvolvimento de atividades de modelagem matemática, enquanto Coelho (2021), em 10, focou em compreender a importância da educação financeira no processo de ressignificação desses sujeitos.

No que diz respeito aos referenciais teóricos empregados nas dissertações, é fundamental destacar os autores que desempenharam papéis significativos no embasamento das pesquisas relacionadas à educação matemática. Nesse campo, Ubiratan D'Ambrosio se destaca como uma referência importante, sendo citado em três dissertações (1, 2 e 10). Sua

contribuição é especialmente relevante para a discussão sobre Etnomatemática, que se aplica a diversos contextos sociais. D'Ambrosio (2018) defende que a escola deve ser um espaço não apenas para a instrução, mas também para a socialização, corroborando com a visão de que a educação oferecida nas instituições prisionais deve transcender o mero ensino de conteúdos. As dissertações 1 e 10 exploram conceitos associados à educação matemática crítica, convidando à reflexão sobre a definição de aprender. Alro e Skovsmose (2006, p. 140) afirmam que “[...] aprender pode significar aprender para a cidadania; e cidadania exige competências que são importantes para uma pessoa participar da vida democrática e para desenvolver a cidadania crítica”, uma perspectiva que se torna particularmente pertinente para aqueles que trabalham com estudantes em situações de restrição e privação de liberdade.

A centralidade dos autores mencionados é ressaltada na pesquisa de Braga, Pereira e Rôças (2022), que mapearam as produções da Revista Boletim de Educação Matemática (Bolema) e identificaram esses autores como figuras proeminentes nas investigações voltadas para a EJA. No entanto, é notável a ausência de Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca, cuja relevância na modalidade é inegável e que não aparece como referência em nenhuma das quatro dissertações analisadas. Essa omissão, à luz da pesquisa realizada pelos autores, merece ser destacada, considerando o impacto e a contribuição significativa de sua obra para a temática em questão.

A dissertação 9 aborda o tema da modelagem matemática e menciona Almeida, Silva e Vertuan (2019), que destacam que as atividades de modelagem matemática têm o potencial de aproximar a matemática escolar de problemas vivenciados pelos alunos fora do ambiente escolar. Essa perspectiva sugere a inclusão de questões reais nas discussões em sala de aula, alinhando-se de maneira significativa ao contexto prisional e às necessidades educativas dos sujeitos em restrição e privação de liberdade.

No que se refere à metodologia, a dissertação 1 fez uso de metodologias investigativas e de resolução de problemas, demonstrando que essas abordagens se revelaram alternativas na construção do conhecimento. A dissertação 2, por sua vez, enfatizou a resolução e exploração de problemas como um fundamento para o ensino da matemática, destacando-se como um recurso significativo em contextos educacionais. O pesquisador apoiou sua argumentação nas contribuições de Onuchic (2012) e Andrade (1998), que ressaltaram a importância dessas práticas na promoção do pensamento crítico e reflexivo por parte dos alunos.

A dissertação 9, por outro lado, optou pela modelagem matemática, caracterizada pelo trabalho em grupo, que oferece aos alunos a oportunidade de refletir, decidir e agir diante dos problemas que se apresentam. A pesquisadora referenciou diversos autores, incluindo Castro (2017) e Burak (2010), para fundamentar essa escolha metodológica, enfatizando como a modelagem pode enriquecer a experiência de aprendizagem. Finalmente, a dissertação 10 adotou o estudo de caso como metodologia, o que possibilita ao pesquisador investigar um fenômeno em profundidade dentro de seu contexto real. Nesse sentido, o autor se apoiou nas ideias de Severino (2007), que fornece uma base teórica para a aplicação dessa abordagem.

A análise crítica dos PEs específicos de matemática, conforme apresentado no Quadro 3, revelou tanto aproximações quanto lacunas que merecem consideração atenta. Um dos principais pontos de convergência entre os PEs é a intenção de contextualizar o ensino da matemática, integrando-a a questões relevantes da vida dos alunos, como cidadania e finanças pessoais. Essa abordagem se torna especialmente importante em contextos em que os estudantes enfrentam desafios socioeconômicos significativos.

A ênfase em conteúdos práticos, como a matemática financeira no PE 10 e o foco na modelagem matemática na EJA prisional no PE 9, resalta a relevância da disciplina na formação de habilidades que podem impactar diretamente a vida dos sujeitos. Essas

propostas buscam não apenas ensinar conceitos matemáticos, mas também permitir que os alunos reconheçam a importância da matemática em suas vidas cotidianas. Assim, a matemática é apresentada não apenas como um conteúdo acadêmico abstrato, mas como um instrumento para compreender e transformar sua realidade. Essas iniciativas refletem uma compreensão mais ampla da função da educação matemática, que deve ir além da mera memorização de fórmulas e procedimentos (Alro; Skovsmose, 2006).

Nesse sentido, embora a proposta do PE 1 seja louvável, é importante que o guia não apenas ofereça conteúdos matemáticos, mas que também promova uma reflexão crítica sobre como a matemática pode ser utilizada como instrumento de emancipação e inclusão social. A ausência do termo PE na dissertação 2 pode ser considerada uma limitação no mapeamento realizado. Nesse caso, identificamos o PE como sendo as sequências de aulas discutidas ao longo da dissertação e apresentadas nos apêndices. Cabe destacar ainda que a necessidade de uma abordagem mais aprofundada das particularidades do ambiente prisional no desenvolvimento dos PEs é uma lacuna. Além disso, a diversidade de contextos dos sujeitos em restrição e privação de liberdade sugere a necessidade de uma diferenciação maior nas estratégias pedagógicas adotadas. A abordagem unificada, que não considera as especificidades e experiências de vida dos estudantes, pode levar a um desinteresse ou a uma percepção de irrelevância do conteúdo.

As considerações finais das produções catalogadas revelaram a profundidade das reflexões realizadas pelos pesquisadores sobre a educação matemática no contexto prisional. A dissertação 1, ao explorar sua perspectiva investigativa, reconheceu que a sala de aula dentro do sistema prisional, embora distinta daquelas encontradas em instituições de ensino dito regulares, oferece ao sujeito a oportunidade de atribuir significado à sua formação, reafirmando seu direito à educação crítica e à cidadania. Por sua vez, a dissertação 2 concluiu que sua pesquisa foi importante no que diz respeito à contextualização do ensino matemático com as realidades enfrentadas pelos sujeitos em restrição e privação de liberdade, promovendo um aprendizado significativo que incita a reflexão sobre sua condição. A dissertação 9, ao focar na modelagem matemática, evidenciou que essa abordagem, especialmente na EJA, é bem-sucedida em construir e retomar diferentes conhecimentos, facilitando um processo educativo mais integrador. Por fim, a dissertação 10 destacou que sua pesquisa provocou mudanças nos modos como a comunidade prisional se relaciona com os problemas diários, incentivando um posicionamento ativo na busca por soluções para esses desafios. Assim, essas produções não apenas contribuem para o entendimento das especificidades da educação matemática no contexto prisional, mas também reforçam a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a dignidade e a formação integral dos sujeitos em restrição e privação de liberdade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões realizadas neste estudo evidenciam a necessidade premente de uma abordagem responsável e sensível em relação aos sujeitos da EJA em situação de restrição e privação de liberdade. Conforme apontado por Julião (2020), essa temática é frequentemente invisibilizada e negligenciada pela sociedade, pelo poder público e pela academia, resultando em uma escassez de pesquisas direcionadas a este público. Este fenômeno foi constatado em nossa investigação, que se dedicou a um estado do conhecimento sobre escola no ambiente prisional, seus sujeitos e matemática. Observamos que as produções acadêmicas em cursos de Pós-graduação Profissionais *Stricto Sensu* raramente têm como foco os sujeitos em contexto prisional.

A análise dos dados foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, a qual nos permitiu examinar e discutir as produções acadêmicas catalogadas, com especial ênfase nas

investigações cujo tema central era a matemática. Em nosso levantamento, identificamos treze dissertações direcionadas a sujeitos em privação de liberdade, revelando uma carência significativa de pesquisas neste contexto. Dentre essas, quatro abordavam a matemática, evidenciando a urgência de investigações que examinem a aprendizagem nesse ambiente peculiar e repleto de especificidades. As pesquisas focadas em matemática contribuíram substancialmente para o entendimento das singularidades desse contexto e reforçaram a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a dignidade e a formação integral dos sujeitos em situação de restrição e privação de liberdade.

No entanto, os trabalhos analisados também evidenciam os inúmeros desafios estruturais e institucionais enfrentados pela educação nas prisões. Entre eles, destacam-se a dificuldade de obtenção de autorização para a realização de pesquisas nas unidades prisionais; a falta de infraestrutura adequada, como a inexistência de escolas em determinados presídios, o que obriga ao improviso de espaços e materiais didáticos; além da ausência de linhas de pesquisa consolidadas sobre a EJA nos Programas de Pós-graduação. Tais entraves não apenas limitam o desenvolvimento das pesquisas, mas também revelam as condições precárias em que a educação é ofertada no sistema prisional brasileiro.

Com esse estudo, almejamos fomentar e ampliar o debate e a reflexão acerca das pesquisas acadêmicas desenvolvidas no contexto prisional. A educação vai além da mera aquisição de conteúdos, configurando-se como um meio potente para a transformação social. Nesse sentido, ela emerge como um espaço fundamental para a construção de novos significados e a reavaliação das trajetórias de vida dos sujeitos em restrição e privação de liberdade, atuando como um instrumento de liberdade e mudança social.

Para futuras investigações, é imperativo que se realizem estudos que investiguem os significados atribuídos pelos sujeitos em restrição e privação de liberdade à matemática. Compreender como esses sujeitos percebem e se relacionam com o ensino da matemática pode fornecer conhecimentos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais sensíveis. Além disso, tais pesquisas poderão resultar em materiais que ajudem os educadores a adaptarem suas abordagens às necessidades e realidades específicas desse público, promovendo uma educação que realmente ressoe com suas vivências e desafios. Sendo assim, avancem-nos em estudos outros que ultrapassem as grades externadas por este mapeamento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. W. de.; SILVA, K. P. da.; VERTUAN, R. E. **Modelagem Matemática na Educação Básica**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- ANDRADE, S. de. **Ensino-aprendizagem de Matemática via resolução, exploração, codificação e decodificação de problemas e a multicontextualidade da sala de aula**. Rio Claro: IGCE, Unesp, 1998.
- BENTO, J. P. **Da prisão à cidadania: caminhos da educação prisional e as vivências dos alunos afrodescendentes no conjunto penal de Itabuna**. 2020. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais) - Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais. Universidade Federal do Sul da Bahia, Itabuna.
- BONATO, F. S. S. **A educação matemática como parte integrante da escola para a vida: contribuições na formação de mulheres privadas de liberdade** 2016. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática). Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática. Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória.
- BORBA, M. C. A pesquisa qualitativa em Educação Matemática. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27, 2004. **Anais da 27ª reunião anual da Anped**. p. 21-24. Caxambu, MG: Anped, 2004a.

- BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. **Pesquisa qualitativa em Educação Matemática: notas introdutórias**. In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.). Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- BRAGA, E. S. O.; PEREIRA, M. V.; RÔÇAS, G. Análise de Redes Sociais dos Artigos sobre Educação de Jovens e Adultos Publicados nos Últimos Vinte Anos do Boletim de Educação Matemática. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 36, p. 1023- 1043, 2022.
- BRASIL, CAPES. **Documento da Área de Ensino**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://abrir.link/HqyaD>. Acesso em: 13 out. 2024.
- BRASIL, CAPES. **Portaria CAPES nº 83, de 6 de junho de 2011. Cria áreas do conhecimento**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://abrir.link/VwdXP>. Acesso em: 13 out. 2024.
- BRASIL, **Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, 2010.
- BRASIL, **Resolução nº 3 de 11 de março de 2009**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais. Brasília, 2009. Disponível em: <https://abrir.link/yaqrb>. Acesso em: 13 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 10227, 13 jul. 1984.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2011.
- BURAK, D. Modelagem Matemática sob um olhar da educação matemática e suas implicações para a construção do conhecimento matemático em sala de aula. **Revista de Modelagem na Educação Matemática**, v. 1 n. 1, p.10 – 26, 2010.
- CASTRO, E. M. V. **Procedimentos dos alunos associados às suas ações cognitivas em atividades de modelagem matemática**. 2017. 99 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática - Mestrado Profissional) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava - PR.
- COELHO, S. J. **Educação inclusiva: produção de significados em matemática financeira numa atividade realizada com os reeducandos do presídio de Jataí-GO**. 2021. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação para Ciências e para Matemática) - Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática. Instituto Federal de Goiás, Jataí.
- D'AMBROSIO, U. **Educação Matemática: da teoria à prática**. 17 ed. Campinas: Papirus, 2009. 120 p. (Coleção Perspectivas em Educação Matemática)
- D'AMBROSIO, U. Etnomatemática, justiça social e sustentabilidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 94, p. 189–204, 2018.
- FARIAS, T. L. S. **A leitura como prática de liberdade: a formação de mediadores de leitura em escolas do sistema prisional do Espírito Santo**. 2023. 74 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Humanidades) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades. Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas do tipo “estado da arte”. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 22, n. 79, p. 257-272, 2002.
- FONSECA, M. C. F. R. **Educação Matemática de Jovens e Adultos: Especificidades, desafios e contribuições**. 3. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 62. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019a.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019b.
- GIONGO, S. L.; HEIDEMANN, L. A. Valores e práticas em uma escola na prisão: um estudo exploratório. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 17, p. e5132061, 2023.

- GOMES, M. I. S. **Modelagem matemática na educação de jovens e adultos privados de liberdade**. 2021. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava.
- JULIÃO, E. F. **Cartografia das experiências de políticas de educação para jovens e adultos nas prisões da América do Sul**. 1. ed. Niterói, RJ: EdUFF, 2020.
- JULIÃO, E. F. EJA e educação prisional educação para jovens e adultos privados de liberdade: desafios para a política de reinserção social. **Revista Salto Para o Futuro**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 3-13, 2007b.
- JULIÃO, E. F. Escola na ou da Prisão? **Revista Cadernos CEDES**, v. 36, n. 98, p. 25– 42, 2016.
- JULIÃO, E. F. **Ressocialização através do estudo e do trabalho no Sistema Penitenciário Brasileiro**. 2009. 433 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2009.
- LEMES, I. B. G. **Representações sociais sobre HIV/AIDS em homens privados de liberdade**. 2020. 83 f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Saúde) - Programa de Pós-Graduação em Ensino em Saúde. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Dourados.
- LIMA, S. D. K. **Educação sistematizada com mulheres trans e travestis no sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro: formação humana e processo de exclusão**. 2023. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.
- MEIRA, C. J. **Os saberes das celas: um estudo etnomatemático com jovens e adultos em contexto de privação de liberdade**. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense.
- NOGUEIRA, M. N. **Percepção dos profissionais de enfermagem sobre a assistência à tuberculose numa unidade básica de saúde prisional em Santarém**. 2020. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Enfermagem na Atenção Primária em Saúde no Sistema Único de Saúde. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ONOFRE, E. M. C. **Educação Escolar na Prisão: controvérsias e caminhos de enfrentamento e superação da cilada**. In: LOURENÇO, A. S.; ONOFRE, E. M. C. (Org.). *O Espaço da Prisão e suas Práticas Educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas*. p. 267-285. São Carlos: EdUFSCar, 2011.
- ONU. **Regras mínimas para tratamento dos presos**. I Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Tratamento do delinquente, realizado em Genebra em 1955, e aprovados pelo Conselho Econômico e Social nas suas resoluções 663 C (XXIV) de 31 de julho de 1957 e 2076 (LXII) de 13 de maio de 1977.
- ONUICHIC, L. de la R. **A resolução de problemas na educação matemática: onde estamos e para onde iremos?** IV Jornada Nacional de Educação Matemática. Universidade de Passo Fundo, 2012.
- PEREIRA, M. V. M. Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa em educação: o ensino superior em música como objeto. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 221-233, 2013.
- RIZZATTI, I. M. et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós- graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: docência em ciências**, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020.
- RODRIGUES, F. J. **Ensino de química para jovens e adultos privados de liberdade: o jogo como recurso didático**. 2018. 73 f. Dissertação (Mestrado em Ensino e Aprendizagem de Ciências Naturais e Matemática) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava.
- ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**. [online], v. 6, n. 19, p. 37-50. 2006.
- SANTOS, M. B. **Educação matemática com educandos privados de liberdade: um trabalho com a metodologia resolução e exploração de problemas**. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, R. da. A eficácia sociopedagógica da pena de privação da liberdade. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 33-48, 2015.

SKOVSMOSE, O.; ALRO, H. **Diálogo e Aprendizagem em Educação Matemática**. Coleção: Tendências em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, S. D. **Infecções sexualmente transmissíveis: A perspectiva da professora de ciências em turmas com estudantes privados de liberdade**. 2023. 65 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SOUZA, L. M. **Atualizando a educação prisional: Um estudo de caso com aplicação do Peer Instruction**. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Projetos Educacionais de Ciências. Universidade de São Paulo, Lorena.

VALENTE, T. L. C. **O ensino-aprendizagem da língua portuguesa e ciências da natureza numa abordagem semiótica, na educação de jovens e adultos, com alunos em privação de liberdade**. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

Data da submissão: 08/03/2025

Data da aprovação: 19/09/2025